

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**

**SETOR REQUISITANTE:** Secretaria de Meio Ambiente

**RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:** Cleto Gonçalves

**1.1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica especializada com o objetivo de conduzir todos os procedimentos necessários à regularização ambiental e mineral da cascalheira situada no município de Silvânia (GO), conforme legislação vigente.

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** A regularização ambiental e mineral da cascalheira localizada no município de Silvânia-GO é necessária para assegurar que a atividade de extração de cascalho seja realizada em plena conformidade com a legislação vigente, incluindo normas ambientais e de mineração. A ausência de regularização expõe a operação a diversos riscos, tais como impactos ambientais significativos, incluindo degradação do solo, assoreamento de rios, alteração da vegetação e da fauna local, além de responsabilidade legal, uma vez que a exploração sem licenciamento pode resultar em autuações, multas e até suspensão das atividades por órgãos competentes, como a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Goiás (SEMAD). Adicionalmente, a regularização é essencial para garantir o planejamento adequado das operações, promovendo a segurança dos trabalhadores e da comunidade, bem como a sustentabilidade econômica do empreendimento. Dessa forma, a contratação de consultoria especializada torna-se imprescindível para conduzir todos os procedimentos técnicos e legais necessários à regularização, assegurando a conformidade legal, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da atividade de extração de cascalho no município.

**I. DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:**

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.
01	<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica especializada com o objetivo de conduzir todos os procedimentos necessários à regularização ambiental e mineral da cascalheira situada no município de Silvânia (GO), conforme legislação vigente, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Diagnóstico da situação técnico-legal da cascalheira;</li><li>• Encaminhamento de estudos e documentos técnicos;</li><li>• Elaboração e acompanhamento de processos de licenciamento ambiental;</li><li>• Elaboração de projetos ambientais e minerários;</li><li>• Acompanhamento junto aos órgãos competentes (municipais, estaduais e federais);</li><li>• Executar etapas de comunicação, publicações e procedimentos exigidos por lei;</li><li>• Outras atividades correlatas necessárias à plena regularização do empreendimento.</li></ul>	serviço	01



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## 2. OBSERVAÇÕES GERAIS

- O pagamento será realizado após conferência e atesto da nota fiscal;
- A contratação seguirá as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 ou, se aplicável, do art. 75 da mesma lei, conforme dispensa legal.

2.1 - Prazo de entrega / Execução: Os serviços de consultoria deverão ser iniciados imediatamente após a emissão da **Ordem de Serviço** pela Administração Municipal e executados de forma contínua. Todos os relatórios, estudos e demais entregáveis deverão ser disponibilizados à Secretaria imediatamente após a conclusão de cada etapa, garantindo que a fiscalização e o acompanhamento sejam realizados de forma eficiente e tempestiva. Com consultoria a ser realizada no prazo de exercício deste ano podendo ser prorrogado.

2.2 - Local e Horário da Entrega / Execução: A execução dos serviços e a entrega de relatórios, estudos técnicos, projetos e demais produtos decorrentes da consultoria deverão ocorrer junto à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, localizada na **Avenida Dom Bosco, nº 494, Quadra 02, Lote 305, Bairro Conselheiro Manoel Caetano, Silvânia-GO**. O atendimento e a entrega deverão respeitar o horário de funcionamento da Secretaria, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, exceto nos feriados.

2.3 - Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Silvânia Go. **Responsável:** Isabella da Costa Moraes, esse servidor será o ponto de contato para esclarecimentos técnicos e operacionais da demanda.

Silvânia, 05 de fevereiro de 2026.

DFD elaborado por:

Isabella da Costa Moraes

Administrativo

DFD aprovado por:

Cleto Gonçalves  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Decreto: 012/2025

Cleto Gonçalves  
Secretário de Meio Ambiente

012/2025

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### **I - INTRODUÇÃO**

1.1. Área Requisitante: Secretaria/Fundo Municipal de Meio Ambiente

1.2. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21.

1.3. Este documento constitui a primeira etapa do planejamento de uma aquisição/serviço que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Termo de Referência e o Edital de Licitação.

1.4. Justifica-se a realização do ETP sob a forma simplificada em virtude de expressa previsão legal constante do §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, em razão de baixa complexidade do objeto e, ainda, em virtude de ser demanda que não contempla soluções diversas da solução escolhida.

1.5. Este Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica especializada com o objetivo de conduzir todos os procedimentos necessários à regularização ambiental e mineral da cascalheira situada no município de Silvânia (GO), conforme legislação vigente.

### **II - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. Considerando a necessidade da contratação dos serviços de consultoria especializada é justificada pela necessidade de:

Garantir a regularização ambiental e minerária da cascalheira, reduzindo riscos ambientais, legais e financeiros para o município; promover conformidade com a legislação ambiental e mineral aplicável, evitando autuações e sanções; assegurar que os processos técnicos junto aos órgãos competentes sejam conduzidos com eficiência e expertise técnica específica;

A complexidade dos procedimentos técnicos para regularização ambiental e minerária exige conhecimento e experiência específicos, justificando a contratação de consultoria especializada.

2.2. Por fim, o planejamento adequado desta contratação também tem como objetivo evitar contratações fracionadas, promover a padronização dos serviços/fornecimento e assegurar o cumprimento dos princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/21.

### **III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Especialização da Empresa:

A empresa deve comprovar experiência no serviço/fornecimento, devendo atender às especificações estabelecidas.

**3.2. Conformidade com Especificações:**

A contratada deve cumprir os requisitos técnicos indicados para a prestação dos serviços/fornecimento.

**3.3. Prazos de Entrega/Prestação dos Serviços:**

A empresa deverá cumprir os prazos definidos pela Secretaria e que estarão descritos no Termo de Referência, garantindo agilidade na execução dos serviços/fornecimento.

**3.4. Certificações:**

A empresa precisa apresentar as certificações de regularidade fiscal e trabalhista exigidas, assegurando conformidade legal e técnica.

**3.5.** A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços/fornecimento.

**3.6.** A contratada deverá prestar o serviço/fornecimento, não podendo transferir a responsabilidade do objeto para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

**3.7.** A empresa terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data de entrega/serviço para informar à contratante os motivos que impedem de realizar o fornecimento/serviço, devendo para tanto apresentar as devidas justificativas com comprovações.

**3.8.** As demais exigências estarão previstas no Termo de Referência.

**IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO**

**4.1.** Como solução mais adequada às necessidades da Secretaria, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos do Município e as opções de mercado, optou-se pela contratação de empresa para prestar serviços/fornecimento através da realização de Dispensa de Licitação.

**V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**5.1.** Segue abaixo a estimativa das quantidades de bem/serviços que deverão ser entregues/prestados:



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01	<p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica especializada com o objetivo de conduzir todos os procedimentos necessários à regularização ambiental e mineral da cascalheira situada no município de Silvânia (GO), conforme legislação vigente, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Diagnóstico da situação técnico-legal da cascalheira;</li><li>• Encaminhamento de estudos e documentos técnicos;</li><li>• Elaboração e acompanhamento de processos de licenciamento ambiental;</li><li>• Elaboração de projetos ambientais e minerários;</li><li>• Acompanhamento junto aos órgãos competentes (municipais, estaduais e federais);</li><li>• Executar etapas de comunicação, publicações e procedimentos exigidos por lei;</li><li>• Outras atividades correlatas necessárias à plena regularização do empreendimento.</li></ul>	serviço	01

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços de consultoria deverão ser iniciados imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço pela Administração Municipal e executados de forma contínua, em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Todos os relatórios, estudos e demais entregáveis deverão ser disponibilizados à Secretaria imediatamente após a conclusão de cada etapa, garantindo que a fiscalização e o acompanhamento sejam realizados de forma eficiente e tempestiva.

## VI - ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1. Os itens/serviços a serem adquiridos/contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/21, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição/serviço existe um grande número de fornecedores/prestadores disponíveis no mercado.

6.2. A pesquisa de preços deverá ser realizada de acordo com o art. 23 da Lei nº 14.133/21, mediante a utilização dos parâmetros preconizados nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, ficando a cargo do departamento de compras.

6.3. O fiscal deverá manter rigoroso sistema a fim de verificar constantemente os preços registrados em relação aos preços mercadológicos.

## VII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

7.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes identificadas que influenciem diretamente o objeto deste estudo.

## VIII – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

8.1. Conclui-se que a contratação é viável, considerando as necessidades da Secretaria solicitante, sendo que durante a instrução processual serão verificados/validados os valores e a legalidade.

Silvânia-GO, 05 de fevereiro de 2026.

ETP elaborado por:

Isabella da Costa Moraes

Administrativo

ETP aprovador por:

Cleto Gonçalves  
Secretário Municipal do Meio Ambiente  
Decreto: 012/2025

Cleto Gonçalves

Secretaria de Meio Ambiente

012/2025

## TERMO DE REFERÊNCIA

### I- DO OBJETO

1.1. Trata-se da Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica especializada com o objetivo de conduzir todos os procedimentos necessários à regularização ambiental e mineral da cascalheira situada no município de Silvânia (GO), conforme legislação vigente.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QNT
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica especializada com o objetivo de conduzir todos os procedimentos necessários à regularização ambiental e mineral da cascalheira situada no município de Silvânia (GO), conforme legislação vigente, incluindo: <ul style="list-style-type: none"><li>• Diagnóstico da situação técnico-legal da cascalheira;</li><li>• Encaminhamento de estudos e documentos técnicos;</li><li>• Elaboração e acompanhamento de processos de licenciamento ambiental;</li><li>• Elaboração de projetos ambientais e minerários;</li><li>• Acompanhamento junto aos órgãos competentes (municipais, estaduais e federais);</li><li>• Executar etapas de comunicação, publicações e procedimentos exigidos por lei;</li><li>• Outras atividades correlatas necessárias à plena regularização do empreendimento.</li></ul>	serviço	01

### II- JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando a necessidade da contratação dos serviços de consultoria especializada é justificada pela necessidade de:

Garantir a regularização ambiental e mineral da cascalheira, reduzindo riscos ambientais, legais e financeiros para o município;

Promover conformidade com a legislação ambiental e mineral aplicável, evitando autuações e sanções;

Assegurar que os processos técnicos junto aos órgãos competentes sejam conduzidos com eficiência e expertise técnica específica;

A complexidade dos procedimentos técnicos para regularização ambiental e mineral exige conhecimento e experiência específicos, justificando a contratação de consultoria especializada.



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

### III - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. A contratada deverá fornecer os itens imediatamente após o recebimento formal da Ordem de Serviço a ser expedida pela Superintendência de Compras.

3.2. Havendo qualquer motivo que impossibilite o fornecimento, a empresa contratada deverá justificadamente informar a contratante no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, informando ainda os motivos que deram causa ao não fornecimento com as devidas comprovações;

3.3. O recebimento dos itens será de inteira responsabilidade da **Secretaria Municipal De Meio Ambiente**.

3.3.1. Em caso de recusa do recebimento, o Fiscal deverá elaborar Relatório informando os motivos que levaram para o não recebimento dos serviços, sendo que nesse caso a contratada deverá ser notificada para que refaça os serviços, sem ônus para a Administração Pública;

### IV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do contratante.

4.2. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões negativas que:

4.2.1. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

4.2.2. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual;

4.2.3. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa contratada;

4.2.4. Comprovante de regularidade Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5. Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento definitivo pelo Departamento de Finanças, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.

### V - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento e, ainda:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

5.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Município de Silvânia, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas o serviço com defeitos e/ou rejeitado, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

5.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carretos, carga, descarga, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na prestação de serviços;

## **VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;

6.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data da efetiva prestação do serviço, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal, e demais exigências da legislação vigente;

6.3. Devolver, com a devida justificativa, os objetos entregues fora das especificações;

6.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;

## **VII - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

7.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto federal nº 12.343 de 30 de dezembro de 2024, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) no caso de no caso de outros serviços e compras.

## **VIII - DO PREÇO**

8.1. O preço estimado para a referida prestação dos serviços não poderá ultrapassar os valores permitidos pelo Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, alterada pelo **DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025**.

8.2. Os serviços deverão ser realizados junto a empresa do ramo, objeto desta contratação;

8.3. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

## IV. SANÇÕES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do fornecimento a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

- 9.1.1. Advertência;
- 9.1.2. Multa;
- 9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.2. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

9.4. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.5. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput, do art. 156, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do caput do mesmo artigo.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

## X – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Considerando os termos do art. 95 da Lei Federal 14.133/2021;



# Silvânia

GOVERNO DO MUNICÍPIO

“Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - Compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

10.2. O caso em tela amolda-se perfeitamente nas duas situações acima descritas, dispensando dessa forma a confecção de contrato administrativo.

Silvânia, 05 de fevereiro de 2026

Termo de Referência elaborado por:

Isabella da Costa Moraes

Administrativo

Termo de Referência Aprovado por:

Cleo Gonçalves

Secretaria de Meio Ambiente

012/2025